

**35º Encontro Anual ANPOCS – Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**

GT 32 - Sexualidade e gênero: sociabilidade, erotismo e política

**Prostituição e a classificação da sexualidade de jovens e adultas nas organizações
de defesa dos direitos humanos**

Aparecida Fonseca Moraes (IFCS-UFRJ)

Caxambu, MG, Brasil, 2011

Prostituição e a classificação da sexualidade de jovens e adultas nas organizações de defesa dos direitos humanos

Aparecida Fonseca Moraes (IFCS-UFRJ)¹

Nas sociedades ocidentais a prostituição esteve, em longo processo histórico, marcada por visões ambíguas: rejeição, segregação, mas também tolerância em relação aos locais de prostituição e prostitutas. A interpretação funcional predominou no senso-comum e em distintas áreas de conhecimento que consideraram este, um fenômeno de certa forma integrado à instituição do casamento. O apelo à justificativa de que seria um “mal necessário” à integridade dos corpos e virgindade das “moças de família”, sustentou a moral sexual vigente. Classificada como uma ameaça à lógica do ordenamento social, ao suscitar idéias de transgressão e liberdade associadas aos papéis femininos, a prostituição era ao mesmo tempo útil à manutenção das famílias, uma vez que separaria os impulsos e desejos sexuais masculinos da intimidade doméstica e do modelo do amor romântico.²

No Brasil, a medicina e outros saberes instituídos, como o direito, a psiquiatria, a religião, difundiram visões sobre o corpo da prostituta e sobre a sua atividade: “vadiagem”, “perversão”, “pecado”, “doença”, “ninfomania”, “conseqüência da miséria”, “ameaça à saúde pública” etc. As práticas discursivas sobre a prostituição estiveram predominantemente moldadas pelo controle policial, jurídico, penal, médico e higienista que relacionavam os corpos das prostitutas ao perigo.³

Pretende-se mostrar como a classificação da prostituição e do *corpo prostituído* se alterou nas duas últimas décadas ao comparar a construção da sexualidade e dos corpos de dois grupos de mulheres: prostitutas adultas, consideradas “experientes”, “profissionais do sexo” e jovens em situações vulneráveis à prostituição, também identificadas como “meninas de rua”. Desde o final dos anos oitenta, organizações de defesa dos direitos humanos, através de ações governamentais e não governamentais, de conferências internacionais etc., vêm classificando diferentemente esses dois grupos e produzindo deslocamentos em torno da idéia de corpo vitimado e explorado. Enquanto a

¹ Agradeço imensamente à Bila Sorj pelas sugestões e pelo argumento intelectual que me conduziu ao caminho dessa pesquisa, à Mirian Goldenberg pelo convite à participação no *Seminário Corpo, felicidade e envelhecimento*, o que possibilitou a retomada desse campo de estudos e, por fim, à Gabriela Leite que, com muita generosidade, me concedeu entrevista fundamental.

² Cf. ROUSSIAUD (1986), RAGO (1991), PHETERSON (1989, 1993), OSBORNE (1989) e, para essa interpretação, ver também LOMBROSO (1927 e 1896), DECAUTE (1909), entre outros.

³ Cf. BRASIL (1890), MACEDO (1873), STROUT (1936) e outros.

sexualidade da prostituta adulta tende a ser *normalizada*, ainda que tensões sejam constitutivas a este processo, o “corpo prostituído” das jovens inscreve atributos de *desvio*; tais como “corpo injuriado”, “ferido”, “sexualmente explorado”.

Ao focalizarmos as mudanças das práticas discursivas sobre “prostituição” e “corpo prostituído” nas ações das instituições de defesa dos direitos humanos, observamos um processo no qual a condição etária e de gênero criam conexões significativas nesse novo sistema de classificação que passa a operar com a idéia de normalização do corpo e da sexualidade das prostitutas adultas. Elas são agora apresentadas como “profissionais”, “trabalhadoras do sexo”, “agentes multiplicadores” de práticas de prevenção sexual, enfim, como “mulheres experientes” que exercem o controle e o *cuidado de si* (FOUCAULT, 1985b).⁴ No outro campo de classificação, as práticas discursivas dessas organizações passaram a concentrar a interpretação do *desvio* no corpo das jovens e “meninas de rua”. A essas últimas se inscrevem as noções de “corpo injuriado”, “ferido”, “sexualmente explorado”, “abusado”, “prostituído” etc.

As análises estão principalmente baseadas na consulta a fontes primárias, o que contemplou o acesso a diversificado material das organizações dos direitos humanos (documentos, folders, publicações, fotos, entre outras fontes que, em sua grande maioria, podem ser encontradas na internet). Também foi realizada entrevista semi-estruturada com Gabriela Leite, importante liderança do movimento de prostitutas no Brasil, e consideradas informações de pesquisas realizadas nas décadas de oitenta e noventa (MORAES, 1995, 1998 e 2002), com mulheres adultas e adolescentes envolvidas com a prostituição ou consideradas em situação de vulnerabilidade à arregimentação.

Prostituição, mercado, Estado e os direitos humanos

Os debates acadêmicos que identificam práticas relacionadas à prostituição vêm sendo marcados por significativa diferenciação e complexidade. A bibliografia aborda processos globais que associam “prostituição” às migrações, ao tráfico de mulheres e pessoas, à expansão da atividade no mercado de consumo (através de casas de massagem, boates de *strip-tease*, saunas, *tele sexo*, uso da internet etc.), entre outros.

⁴ Essa expressão é empregada aqui no sentido *foucaultiano* e que designa, através de noção complexa desenvolvida pelo autor, as atitudes ligadas ao “cuidado de si mesmo”, implicando em uma relação particular do sujeito moderno com o corpo e na qual ele age no entrecruzamento de domínios diversos (no domínio da história e do discurso e prática médica, por exemplo).

Além disso, se identifica fenômenos que mantêm o caráter “artesanal” de práticas e trocas sexuais que os *mercados do sexo* podem assumir (PISCITELLI, 2010).⁵ Ainda é importante considerar que diferentes atores envolvidos na prática da prostituição (categorias de *trabalhadores sexuais* masculinos, homossexuais, travestis etc.) também alcançaram visibilidade e passaram a dividir com a mulher prostituta os cenários destes mercados.

Ao contextualizar os estudos nos quais a noção de “trabalho sexual” é formulada, PISCITELLI (Op. Cit., p.08-09) chama também atenção para os “novos olhares sobre os mercados do sexo” nas práticas e consumo sexuais. A aproximação de parte da produção acadêmica com organizações de prostitutas, o que ocorreu com maior força a partir da década de noventa, produziu “um deslocamento do posicionamento atribuído às pessoas que prestam serviços sexuais” e que tem se refletido em perspectivas que “as percebe como seres dotados de capacidade de agência que exercem um trabalho”.

Elizabeth Bernstein (2008) situa a “troca sexual comercial” nos EUA e Europa Ocidental no contexto das transformações pós-industriais da cultura e da sexualidade. Identifica um paradoxo: de um lado, os recentes esforços do Estado para reprimir, deter e re-educar clientes que consomem serviços sexuais, além da aplicação de leis mais estritas sobre a prostituição de menores e a posse de pornografia com crianças. De outro, um comércio sexual difundido pelo mercado (nacional e transnacional) e um consumo evidenciado pela demanda por pornografia em países em desenvolvimento. A partir disso, a autora identifica simultaneidade e conexão entre a *normalização* e *problematização* decorrentes desse consumo comercial do sexo.⁶

Em referência às relações dos estados nacionais com as ações e práticas discursivas que orientam políticas de defesa dos direitos humanos, é importante lembrar que há uma multiplicidade de atores que influenciam os governos. Destacam-se, neste plano, as organizações internacionais ou supranacionais (é o caso das diversas

⁵ PISCITELLI (Op. Cit.), chama atenção para a presença do caráter mais “artesanal” que a diversidade de trocas sexuais e *mercados do sexo* pode assumir. Um exemplo ilustrativo no Brasil é a figura “do ‘velho que ajuda’, que remete a relacionamentos mediante os quais jovens das camadas populares, inclusive garotas que não são consideradas prostitutas, procuram apoio econômico” (FONSECA, 1996; apud. Op. Cit., p.04).

⁶ “(...) ao final do século XX, com a mudança de uma economia baseada na produção para uma economia baseada no consumo, o foco da crítica moral e da reforma política é gradualmente deslocado; a prostituta é normalizada, seja como ‘vítima’ ou como ‘trabalhadora do sexo’, enquanto a atenção e a sanção é afastada das práticas de trabalho em direção do comportamento do consumidor.” BERNSTEIN Op. Cit., p.323.

organizações da ONU) e as redes de organizações não governamentais que atuam em nível local e global. Portanto, as políticas públicas no interior dos estados nacionais podem estar inscritas em concepções muito distintas ou mesmo díspares. Em razão disso, tem sido notado por muitos autores, a complexidade do papel do Estado na produção das políticas nacionais devido à diversificação das sociedades, às mudanças nas relações de autoridade e solidariedade, além dos processos de internacionalização e internalização das normas e valores dos direitos humanos que entram na rotina da vida civil e se transformam em políticas públicas (FINNEMORE, 1996; FINNEMORE e SIKKING, 1998; REIS, 2003; LEVY e SZNAIDER, 2006; HAFNER-BURTON E TSUTSUI, 2005; GUILHOT, 2005). FINNEMORE e SIKKING (Op. Cit.), ajudam a pensar a trajetória que coloca em relação as normas dos direitos humanos e os estados nacionais. Para esses autores, é possível identificar um padrão que denominam de “ciclo de vida” das normas internacionais e que tem início no trabalho de *empreendedores morais* que definem uma questão sensível ao público e lutam pela sua institucionalização em tratados, convenções e organizações. A segunda etapa refere-se ao “efeito cascata” das normas que passam a ser adotadas pelos Estados, seja como resposta às pressões domésticas seja como meio destes obterem legitimidade internacional. E o último estágio ocorre quando essas normas são internalizadas e adquirem a qualidade de um pressuposto tácito que entra na rotina da vida civil e se transformam em políticas públicas.

No entanto, a difusão das normas dos direitos humanos não é um processo linear, pois é permanentemente confrontada com particularidades locais e condições institucionais das quais dependem a implementação das políticas públicas. Assim, podemos dizer que no âmbito da formulação e implementação das políticas públicas brasileiras que de alguma maneira têm alcançado a temática da prostituição, e onde o Estado tem tido papel crucial, confrontam-se práticas prescritivas e normativas diferenciadas ou díspares. Conforme sugere Bernstein (Op. Cit.), se pode notar planos simultâneos de *normalização* e *problematização* quando se compara as práticas discursivas sobre a “prostituição adulta” com aquelas que podem envolver jovens menores de idade, conforme será mostrado.

Na prostituição adulta, quando esta não aparece associada às situações limite como “tráfico” e outras severas redes de exploração, tem chamado atenção os movimentos sociais que, não apenas no Brasil, mas também em diferentes países, congregam prostitutas para mobilizar identidades de “trabalhadoras sexuais” e/ou

“profissionais do sexo”. Eles têm conquistado adesões de organizações dos direitos humanos nacionais e internacionais e de governos, ao defenderem a perspectiva de que a venda de serviços sexuais é, nos casos em que não existe o uso da força ou qualquer tipo de constrangimento, um tipo de serviço ou trabalho que deve ser reconhecido ou regulamentado. Existe a compreensão de que, quanto mais protegidos os trabalhadores nesse setor de atividade, maior a possibilidade de combater as vulnerabilidades. A idéia de *empoderamento* (*empowerment*) desses adultos que vendem sexo, e que participam desses movimentos sociais, é vista, principalmente, como poderoso aliado no combate à AIDS e doenças sexualmente transmissíveis.⁷

É categórico o pressuposto de que não devemos tratar homogeneamente as motivações que orientam as práticas de normalização da prostituição adulta e que abarcam diversos atores como, movimentos das “profissionais do sexo”, agências supranacionais, organizações não governamentais ou mesmo os Estados nacionais, quando estes, por exemplo, vêm nos movimentos sociais de prostitutas um importante aliado nas políticas de prevenção às DSTs e AIDS. Significa dizer que as tensões, divergências, dissensões também são notáveis nesse caso, principalmente quando se compara movimentos das “profissionais do sexo” que defendem a regulamentação da prostituição com setores de organizações dos direitos humanos que recusam qualquer perspectiva nesse sentido.⁸ No entanto, mesmo em contextos de alianças que são por vezes frágeis ou de acordos provisórios entre esses múltiplos atores, se pode afirmar que as práticas de normalização da *prostituição adulta* alcançaram o ideário dos direitos humanos.

Diferentemente, quando nos reportamos ao fenômeno que vem sendo genericamente classificado como “prostituição infanto-juvenil”, o horizonte das organizações de direitos humanos é homogeneamente abolicionista. Qualquer prática de prostituição é combatida e rejeitada, nunca pode ser aqui concebida como uma “escolha” e se considera que os *corpos* de todas as “adolescentes prostituídas” acabam processados como objetos degradantes. Nesse caso, se opera com um marcador etário que compreende uma longa faixa de idades que vai de zero até os dezoito anos. A

⁷ Essas “adesões” e a idéia de *empowerment* das profissionais do sexo, obviamente também não constituem um campo de compreensão linear. Principalmente na teoria feminista, a possibilidade da agência sexual nesse caso, é um debate polêmico e controverso. BERNSTEIN (1999) mostra isso ao focar, principalmente, o feminismo americano.

⁸ Para uma compreensão dessas diferentes perspectivas sobre prostituição, tendo como horizonte os debates feministas, ver também PISCITELLI (Op. Cit., p. 03-13).

fronteira etária dos dezoito anos atuará como um classificador simbólico universal que vai sempre definir a prostituição como uma violação dos direitos humanos.

Dessa forma, no âmbito dessas duas diferentes práticas discursivas dos direitos humanos, as imagens e classificação dos “corpos prostituídos” vão ser operadas de maneiras divergentes ou mesmo antagônicas. A condição etária, em um contexto marcado por representações de gênero, será acionada como classificador fundamental dos atributos que definirão o “corpo violado” de jovens na prostituição ou mesmo daquelas que vivem sob esse “risco”. O “corpo da profissional do sexo”, ao contrário, implicará na consideração a mulheres adultas que, através da organização de suas redes globais e do reconhecimento que estas alcançam junto às organizações nacionais, fortalecem identidades coletivas e políticas.

Prostituição adulta: breve cronologia dos movimentos e redes

Foi principalmente a partir da década de setenta que as próprias prostitutas, nos Estados Unidos (Califórnia) e em várias cidades francesas, criaram organizações para se defenderem de práticas violentas como o assédio, abusos e agressões físicas de clientes e policiais. Algumas dessas reivindicações locais irão alcançar a reforma de leis e a criação de mecanismos de proteção no trabalho.⁹ A década de oitenta também será marcada por mobilizações de mulheres que exercem a prostituição em vários países na Europa, o que ocorrerá também no Brasil.

No cenário internacional das “profissionais do sexo”, tiveram destaque as organizações e redes criadas na década de setenta e grande parte tem, ainda hoje, as suas sedes funcionando em cidades americanas: COYOTE (*Call Off Your Old Tired Ethics*), NTFP (*North American Task Force on Prostitution*), ICPR (*International Committee for Prostitutes' Rights*) entre outras. Essas três organizações, por exemplo, estão ainda vinculadas a uma rede virtual mais ampla, a *Prostitutes Education Network*, criada para difundir informações sobre políticas de organização, sobre prevenção às DSTs, atividades culturais etc. Uma importante *rede global* foi criada em 1992, a NSWP (*The Global Network of Sex Work Projects*). Destacam-se também as articulações com ONGs locais e internacionais, governos e agências supranacionais multilaterais, especialmente

⁹ A feminista e prostituta Margot St. James destacou-se na criação das primeiras organizações: Em 1973 criou o Sindicato COYOTE, na Califórnia, e em 1975 liderou em Paris a criação de um Comitê Internacional pelos Direitos das Prostitutas.

interessados em programas de combate à AIDS. Apesar de diferenças sensíveis nas agendas das organizações de prostitutas, podemos dizer que a principal orientação é a “auto-organização” e a “autodeterminação” dos trabalhadores do sexo adultos.¹⁰ Os seus principais programas e práticas políticas se organizam em torno da garantia de direitos humanos e liberdades civis, não criminalização da prostituição adulta, reconhecimento do trabalho sexual e de melhores condições para desenvolvê-lo, além da difusão de informação na área da saúde, especialmente sobre AIDS.

No Brasil, os movimentos reivindicativos que mais impactos produziram em torno do reconhecimento dos direitos humanos e da liberdade civil da prostituta adulta, começaram nos anos 80 e foram fortemente marcados pela liderança de Gabriela Leite. A partir da década de oitenta, constituía-se no Brasil a “produção de novo lugar social das prostitutas” através de: a) Fortalecimento da liderança de Gabriela e o surgimento de novas protagonistas. b) Entrada de mediadores e colaboradores de ONGs que fornecem uma linguagem política à compreensão da situação das prostitutas e de seus direitos. c) Circulação de diferentes discursos sobre a prostituição na mídia via o confronto de idéias como *caso de polícia x questão social e política*, e, via o desdobramento de eventos locais específicos. d) Interlocução entre prostitutas associadas, poderes públicos e representantes políticos (Moraes 1995, p. 196-197).

Entre os acontecimentos que se destacaram nesta trajetória, está o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, realizado em 1987 no Rio de Janeiro, e que juntou representantes de oito capitais brasileiras. Em 1988 surgiu a primeira associação de prostitutas que, naquele momento, foi legalmente constituída como *Associação da Vila Mimosa*, funcionando em um reduto da mais antiga *zona de meretrício* da cidade do Rio de Janeiro, o Mangue. Ao reunir prostitutas e colaboradores de organizações não-governamentais (ONGs), mesclava ações locais associativas e outras de impacto nacional no plano da reivindicação de direitos. Posteriormente, diferentes modelos associativos congregando prostitutas e colaboradores de ONGs foram criados em diversos estados brasileiros.¹¹ Entre 1987 e 1994 diferentes Encontros regionais reuniram prostitutas adultas e outras categorias de “profissionais do sexo” incorporando

¹⁰ O foco principal recai sobre as “prostitutas”, mas algumas dessas organizações, como a NSPW, declaram absorver também o que consideram categorias de “trabalhadores do sexo”, o que inclui homens, homossexuais, travestis etc.

¹¹ Associação das Prostitutas do Ceará 1990, o Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central 1990, a Associação Sergipana de Prostitutas 1991, a Associação das Damas da Vida do Estado do Rio de Janeiro 1993, Núcleo de Estudos da Prostituição no Rio Grande de Sul 1993, entre outras.

temas de discussão como a promoção da saúde da mulher, a prevenção da epidemia pelo HIV e a regulamentação da profissão.

A Rede Brasileira de Prostitutas, uma das mais importantes, é diretamente vinculada a uma organização não governamental do Rio de Janeiro (DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde, fundada por Gabriela Leite em 1992) e é membro da NSPW (*The Global Network of Sex Work*). No âmbito das conquistas junto ao governo brasileiro, é frequentemente citada a participação expressiva das prostitutas nos programas de combate à Aids do Ministério da Saúde e a inclusão da categoria “profissionais do sexo” na *Classificação Brasileira de Ocupações* (CBO), do Ministério do Trabalho e Emprego em 2002, considerada “um passo em direção aos direitos trabalhistas da categoria”.¹²

Nesses cenários observamos que os corpos das mulheres adultas na prostituição vão sendo processados culturalmente como representativos de processos de individualização e de escolhas pessoais, ensejando a idéia de uma sexualidade não contaminada ou mesmo valorizando a dimensão da liberdade sexual. Tais práticas discursivas vão também reconstruir as prostitutas adultas como “profissionais do sexo”, “trabalhadoras sexuais”, “agentes multiplicadores” de práticas de prevenção sexual, enfim, como “mulheres experientes” e capazes de manejar o *cuidado de si*. O estatuto de mulher adulta na prostituição vai ser fundamental para conotar de maneira positiva a “puta experiente” e valorizada como agente, conselheira e profissional.

Fases da vida de Gabriela e as faces da normalização do corpo da prostituta adulta no Brasil

A trajetória biográfica de Gabriela Leite é significativa ao permitir compreender um processo societário específico e a constituição dos indivíduos neste, conforme o modelo teórico sugerido por Norbert Elias (1995). Gabriela reside no Rio de Janeiro, mas nasceu em São Paulo, uma das cidades onde exerceu a prostituição. Ela foi a primeira ativista do movimento social de prostitutas no Brasil com projeção nacional e internacional. Uma entrevista realizada em agosto de 2010, permitiu analisar como a cronologia das fases da vida e as divisões de papéis por idade assumem importância no contexto das práticas de ação política das prostitutas adultas, ao mesmo tempo definindo identidades e imagens sobre o corpo.

¹² Cf., Ministério do Trabalho e Emprego/Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), 2002.

Gabriela se apresenta muitas vezes como uma “prostituta aposentada” pertencente à “primeira geração na luta contra Aids”. Com cinquenta e nove anos, no momento da nossa entrevista ela se candidatava a uma vaga na Câmara Federal com o *slogan* “puta candidata”.¹³ Em 2009 ela foi co-autora de um livro depoimento cujo nome confronta a identidade de prostituta em diferentes fases da vida: *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Na nossa conversa expressava que como assumira muito cedo a identidade de “puta”, esta sempre esteve misturada às outras definições identitárias de suas fases de vida (“filha, mãe e avó”). Na recorrência ao passado, através do processo de produção do livro, reconheceu que o tempo agira sobre ela, tornando-a mais “feliz e tranqüila” e que muitas vezes “o corpo não acompanha” aquilo o que a “cabeça liberta”, porque o corpo da “prostituta aposentada” é também: “um corpo cansado, como de outros trabalhadores (...) e ainda mais eu, que não abri mão dessa vida boemia”.

Palavras e idéias sobre liberdade, tranqüilidade, amadurecimento, experiência, sabedoria, felicidade, desejo, permeiam as suas descrições sobre os “ganhos” com o avanço do tempo. A imagem da prostituta e do corpo na prostituição adulta é também relacionada às categorias e representações do mundo do trabalho. Nela, inscrevem-se idéias sobre o *corpo na ativa* e o *corpo cansado* pelo tempo de atividade, sobre a “prostituta aposentada” e sobre os segredos de um “sucesso profissional”. São expressões emblemáticas da vida de outros trabalhadores e cujos sentidos positivamente normalizam o percurso da mulher adulta na prostituição.

A trajetória da grife brasileira DASPU também ilustra como os corpos das prostitutas adultas estão sendo socialmente construídos no sentido da valorização e da autonomia. Em 2005 a ONG Davida criou uma grife “com estampas, frases e design inspirados no mundo da prostituição” e na idéia de “quem não tem vergonha de dizer quem é e o que faz”. O estudo de Yaccoub (2009) mostra como a DASPU foi interpretada na análise especializada e por um importante membro da organização Davida:

“O resumo da ópera: uma inusitada ação política e lúdica, embaralhando sentidos culturais e eróticos e confundindo modelos sociais e empresariais... Tudo isso é DASPU, confirmando o que sempre buscou o movimento: a puta falar por si mesma. E ousando mais: seduzir o restante da sociedade para a sua causa e o seu novo negócio” (LENZ, 2008, p.22 e 23, apud. Yaccoub, Op. Cit.)

¹³ A sua principal bandeira parlamentar se concentrava no encaminhamento do projeto de Lei Projeto de n. 98/2003 que dispõe sobre a exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual e suprime artigos do Código Penal.

Gabriela lembrou que com a DASPU o corpo da prostituta deixou de ser visto para o público só como um instrumento de política pública, de prevenção à Aids, mas que tem “a coisa lúdica do corpo, que é a moda”. A DASPU publiciza um corpo de prostituta adulta que vai sendo normalizado através da linguagem da “moda”, do lúdico, da auto-expressão, do prazer, da fantasia, do gozo, do erótico.

Prostitutas como agentes de prevenção à AIDS

Relatórios nacionais, internacionais, além de pesquisas acadêmicas, têm chamado atenção para o fato de que em várias partes do mundo, prostitutas adultas, não vinculadas às situações extremas de tráfico ou redes internacionais de exploração, estão experimentando diferentes processos de *empoderamento* como agentes de controle do HIV/Aids. Diversas organizações internacionais de prostitutas disponibilizam na Internet informações sobre HIV/Aids através de cartilhas, publicações resultantes de pesquisas, artigos, relatórios etc. As conexões na prevenção ao HIV/Aids, mostram uma extensão horizontal da rede que inclui os grupos mais diversos, organizados em torno de um “trabalho sexual”. Verticalmente, em relação ao fluxo de financiamentos e de intervenções programáticas, essa rede também se conecta com uma multiplicidade de organizações supranacionais, especialmente a UNAIDS (programa conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, criado em 1996). Interesses divergentes, tensões e conflitos, também se espriam no mapa dessas atuações, mas predomina uma maneira de classificar a sexualidade e o corpo da prostituta adulta que exorta a idéia de que as profissionais do sexo ou “trabalhadores sexuais são parte da solução” na prevenção ao HIV/Aids.¹⁴

No Brasil, o encontro nacional de prostitutas realizado em 1989, ao dar início à criação de uma rede de prostitutas, é lembrado por introduzir em sua agenda a discussão sobre a prevenção da Aids. A participação de representante das prostitutas nas políticas de prevenção à AIDS no Brasil não foi pouco expressiva, o que pode ser observado em

¹⁴ Cf., DITMORE (2008) <http://iac.nswp.org/research-for-sex-work/editions/research-for-sex-work-10-sex-workers-rights/>, consultado em 13 de junho de 2010, em Advisory Group UNAIDS – NSWP, <http://iac.nswp.org/un aids-advisory-group/>, consultado em 01 de julho de 2010.

farta documentação e em informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde.¹⁵ Alguns desses alcances foram sublinhados por Gabriela Leite que lembrava ser uma pessoa da “primeira geração de luta contra AIDS no Brasil”.

Tais processos, sem dúvida, também confrontam compreensões diferentes entre organizações de prostitutas e ainda entre entidades que se incumbem da implantação das políticas públicas ou da distribuição de financiamentos. Porém, se valoriza agora a idéia de que prostitutas adultas podem agir de maneira auto-suficiente e determinada na prevenção à Aids. Mesmo a perspectiva médica que pode estar aí associada, vai se orientar em um sentido diferente daquele que será encontrado nos discursos dos *cuidados* pronunciados em torno da “exploração sexual e prostituição infanto-juvenil”.

No contexto da prevenção à AIDS, o conjunto de práticas discursivas sobre o corpo da “prostituta adulta” em condições de negociar o uso de preservativo (ou seja, fora de contextos limite) aproxima-a de uma imagem na qual a “mulher pública” pode oferecer “sexo seguro”. Tais concepções giram em torno de modelos emancipados e autonomizados de construção da sexualidade. Os corpos das adultas na prostituição estão sendo associados às imagens de mulheres que, dentro de margens específicas de escolhas, têm se individualizado nesse percurso. Tais práticas sugerem também a noção de áreas corporais não contaminadas e de uma sexualidade que não cabe em uma noção simplificada de constrangimento. Essas visões ainda se somam à reconstituição dessas mulheres adultas como “profissionais do sexo”, “trabalhadoras sexuais”, “agentes multiplicadores” de práticas de prevenção sexual. É um percurso político que vem reconstruindo-as como adultas experientes que atuam sobre os seus próprios corpos e desenvolvem o *cuidado de si*.

Combatendo a prostituição juvenil: breve cronologia sobre as ações internacionais e nacionais

Nos anos noventa, o fenômeno da “prostituição infanto-juvenil” tornou-se alvo de denúncias das organizações de defesa dos direitos humanos. Em 1996, em

¹⁵ O site do Ministério da Saúde informa que hoje os grupos incluídos entre as populações vulneráveis são os jovens, [gays, travestis e outros homens que fazem sexo com homens](http://www.aids.gov.br/pagina/previna-se-0). Cf., <http://www.aids.gov.br/pagina/previna-se-0>, consultado em 18 de junho de 2010

Estocolmo, na Suécia, foi realizado o *I Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*. Nesse mesmo contexto, uma campanha contra o turismo sexual asiático, com sede em Bangkok (Tailândia) deu origem a uma articulação internacional contra prostituição, pornografia e tráfico de crianças e adolescentes, ainda hoje com destaque na rede global sob a sigla o EPCAT (*End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes*). A este primeiro congresso, seguiram-se mais dois: o segundo em Yokohama (Japão) e o terceiro foi sediado no Rio de Janeiro, em 2008.¹⁶ O Brasil teve participação expressiva nesses três importantes momentos de articulação internacional. Internamente, já no início da década, foram intensas as mobilizações coordenadas por profissionais de ONGs, ativistas, representantes de poderes públicos, de partidos políticos, com objetivo de sancionar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que ocorreu em 1990. Em 1992 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), primeiro órgão governamental a debater sobre “prostituição infanto-juvenil”. É nesse período também que a temática emerge notadamente na mídia brasileira. A década de noventa foi marcada pela criação de CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) para tratar do assunto, criação de comissões interministeriais, além de outras iniciativas e ações que até os nossos dias reúnem organizações governamentais nos três níveis, municipal, estadual e federal. Não menos importantes foram as participações das organizações não governamentais e supranacionais, com destaque para Unicef, organização do sistema ONU, importante ator global nesse cenário. Todas essas ações se desdobraram em campanhas locais e de âmbito nacional, na elaboração de relatórios, na confecção de base de dados de informações, diagnósticos e pesquisas aplicadas, na promoção de encontros e seminários, entre outras práticas que atingiram as políticas públicas e os discursos de governos sobre o problema da prostituição de menores.

O processo que deu visibilidade política à existência de grupos de “meninas de rua” vulneráveis ao envolvimento com a prostituição, reuniu representantes adultos de organizações que pautam os seus discursos e ações na proteção dos direitos da infância

¹⁶ No Japão passa a ser chamado de *Congresso para o Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. No Brasil, foi organizado pelo governo federal, UNICEF, pelo grupo de ONGs criado para facilitar a implementação da convenção sobre os direitos da criança da ONU (*NGO Group for the Convention on the Rights of the Child NGO Group for the CRC*) e pela *Articulação Internacional contra Prostituição, Pornografia e Tráfico de Crianças e Adolescentes* (ECPAT, em inglês). Cf.; <http://www.cedeca.org.br/>, consultado em 03 de julho de 2010

e adolescência pobres no Brasil. Não obstante a valorização da participação de adolescentes em alguns encontros e fóruns de decisão, os adultos são os principais *porta-vozes* dos interesses dessa articulação nacional. Nesses movimentos, as imagens e representações sociais sobre as crianças e adolescentes estão, portanto, moldadas por um ideário de proteção que concebe esses grupos como vítimas. Trata-se de um conjunto de práticas discursivas que está orientado por um horizonte moral de proteção, de defesa e cuidados, onde a auto-imagem ou as próprias percepções dessas crianças e adolescentes poucas vezes são confrontadas (MORAES, 2002).

Nesse contexto, o ideário de responsabilidade com os direitos e proteção dos menores de dezoito anos como um dever do Estado, mas também da família e da sociedade, foi reconhecido com mudanças na legislação que estão nos registros da Constituição Brasileira de 1988 e no ECA. As intensas mobilizações sociais que antecederam a criação do ECA foram marcadas pela atuação de organizações comprometidas com a assistência ou com projetos de intervenção junto a “meninos e meninas de rua” e, posteriormente, serão estas as primeiras a mobilizar a temática da “prostituição infanto-juvenil” na sociedade e com repercussões nas políticas públicas que serão encampadas pelos governos.¹⁷

Os empregos cambiantes das classificações relacionadas com a prostituição

Nos anos oitenta e noventa, a produção do conhecimento de organizações de direitos humanos ativistas na defesa de crianças e adolescentes pobres que passam a maior parte do tempo nas ruas das cidades, deu extrema visibilidade à situação de carência, abandono e riscos presentes na vida dessa população. Esse segmento social passou também a ser definido por estimativas e contagens que o categorizava como “crianças e adolescentes assassinados”, “exterminados” “explorados”. Posteriormente, o sexo e, com menor intensidade, a cor, serão vistos como marcadores de diferenças dentro desse grupo, diversificando os contornos das suas desigualdades sociais. Ao lado de categorias como “meninos de rua”, “meninos vítimas de grupos de extermínio”, ou

¹⁷ Deve ser notado que depois ocorrerão desdobramentos que introduzirão maior complexidade a essa classificação. É o caso das mobilizações contra o “tráfico internacional de pessoas”, categoria que inclui exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes, mas que serão marcadas pela ausência de organizações de prostitutas nessa participação (PISCITELLI, 2010, p. 29).

“meninos exterminados”, vai emergir na cena nacional a categoria “meninas de rua” e que de depois passará a agregar outras subdivisões: “meninas abusadas sexualmente”, “meninas prostitutas”, “meninas prostituídas”, “meninas vítimas de exploração sexual”. Através de práticas discursivas variadas, predominava a idéia de que enquanto os meninos eram assassinados, as meninas estariam sendo vítimas da prostituição (VAZ, 1994).

O termo “prostituição” será, inicialmente, o mais utilizado pelas organizações de defesa dos direitos humanos para definir as práticas de comércio sexual envolvendo crianças e adolescentes. Mas no início do século XXI, muitas críticas já estavam sendo dirigidas aos significados aí implicados. Através de empreendimentos morais e cognitivos diversificados, essas organizações passam a investir em outras terminologias políticas, especialmente na substituição da categoria “meninas prostitutas”, por “crianças” ou “adolescentes prostituídas”.

Os arranjos classificatórios, relacionados com a prostituição, foram sendo construídos de maneiras fluidas, cambiantes e provisórias nas práticas discursivas dessas organizações. Nas várias fontes primárias foi possível observar superposições ou associações entre “prostituição”, “tráfico”, “turismo sexual”, “pornografia”. Mas as terminologias “pedofilia”, “abuso sexual”, “assédio sexual” também podem aparecer arbitrariamente associadas entre elas ou em referência ao conjunto acima. “Exploração sexual”, “violência sexual” e depois “exploração sexual comercial”, alcançaram maior estatuto político e passaram a ser empregadas com maior frequência para designar, de forma abrangente, diferentes eventos que vitimizam as jovens, entre estes a prostituição. Porém, no percurso de seus empregos não chegaram a sofrer distinções ou conceituações rigorosas.¹⁸ Ao se confrontar a aplicação dessas categorizações, se nota que aquelas distinções e delimitações que caracterizam as dinâmicas, formas de interação e práticas sociais envolvidas em cada um desses fenômenos, praticamente não são consideradas. Ao mesmo tempo, os sentidos de suas aplicações convergem para uma simplificação que reforça a bipolaridade “*explorador – vítima.*” “Exploradores” podem ser atores muito diferentes: os familiares, pessoas e homens conhecidos ou desconhecidos, uma rede criminosa local ou global etc. “Vítimas” são as “meninas”

¹⁸ O primeiro *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infante-Juvenil* elaborado em junho de 2000, atualmente em processo de revisão, mobilizou Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, organizações não governamentais, entre outras. Apesar de sua importância, esse documento que vai tratar da difusão de ações de política pública não chega conceituar o que, afinal, se deveria entender por “violência sexual infante-juvenil”.

cujos corpos serão definidos pela idéia de maus-tratos e violência em todos os contextos que as cercam.¹⁹

O arbitrário presente no marcador etário

Sejam nomeadas “meninas prostituídas”, “meninas sexualmente exploradas”, “meninas em situação de exploração sexual comercial”, essas categorias denotam conexões entre a condição etária e gênero que diferenciam esse grupo de outras jovens. A “menina”, independente da sua idade, é homogeneamente representada como uma “criança” que deve ser protegida. Organizações que atuam em nível global, como a EPCAT, se pautam na definição da convenção das Nações Unidas que vai considerar “criança” todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser quando por lei do seu país a maioria seja determinada com idade mais baixa.²⁰ Publicações que procuram difundir as ações da EPCAT internacional empregam o termo “criança” em todas as situações de exploração sexual (comercial ou não) e esclarecem que “criança” é qualquer pessoa menor de dezoito anos.²¹

No caso brasileiro, as organizações dos direitos das crianças e adolescentes também costumam suprimir as distinções em relação às experiências que caracterizam cada fase da longa faixa de idades até os dezoito anos, principalmente quando o assunto é prostituição.²² Infância e adolescência tendem a ser homogeneamente apresentadas em relação aos interesses e vivências. A idade biológica é processada socialmente de forma a constituir uma unidade social de “meninas” desprotegidas e constrangidas, operando-se assim com classificadores que obscurecem diferenças importantes entre crianças e

¹⁹ Um exemplo que mostra como o cotidiano das jovens era permanentemente associado aos constrangimentos físicos e morais pode ser encontrado na *Pesquisa nacional sobre o tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial* (PESTRAF). Ela foi difundida em 2002 e sofreu diversas críticas em função de problemas metodológicos e por suas estimativas sem fundamentação adequada. A pesquisa estimava que “(...) no Brasil, o tráfico para fins sexuais é, predominantemente, de mulheres e adolescentes, afrodescendentes, com idade entre 15 e 25 anos” (Op. Cit., p. 60) e que essas teriam trajetórias de vida inevitavelmente marcadas pela violência. Além disso, as famílias pobres das jovens foram desvendadas como grupos sociais com destinos malogrados, degradados afetivamente e sofrendo a falta de solidariedade.

²⁰ ONU, Convenção sobre os direitos da criança, artigo I, de 20 de novembro de 1989. http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php, consultado em 01 de julho de 2010.

²¹ Cf., http://www.ecpat.net/EI/Publications/CYP/YP_Guide_to_CST_ENG.pdf, consultado em 26 de junho de 2010.

²² No Brasil, a maioria também é atingida aos dezoito anos, conforme preconiza o Código Civil Brasileiro e referenda Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

adolescentes ou mesmo no grupo identificado como “adolescente”.²³ Isso torna indistinguíveis aquelas situações em que crianças de onze anos podem estar sendo vítimas em uma rede de exploração sexual comercial daquela em que jovens de dezessete anos podem estar envolvidas em “programas sexuais” sem uma configuração de constrangimentos com adultos.

Um exemplo dessa particularidade pode ser encontrado nas entrevistas realizadas com jovens entre quinze e dezessete anos e pertencentes a famílias com poucos recursos econômicos, moradoras em uma cidade turística no Rio de Janeiro (MORAES, 1998). Elas admitiram fazer “programas” sexuais que eram eventualmente organizados entre “colegas”. Inexistia a presença de exploradores adultos controlando essa prática de venda do sexo e os encontros, muitas vezes com turistas, eram marcados a partir de informações que corriam no circuito intrapares.

Não obstante as alterações significativas de experiências ao longo das faixas etárias que definem “criança” e “adolescente”, as práticas discursivas das instituições suprimem conteúdos que conotem valores como amadurecimento, maturidade, capacidade de decisão e escolha. O dado etário é assimilado como uma unidade social, como uma fase da vida em que a incapacidade para discernir e arbitrar são definidores dessa condição jovem. Isso vai configurando a idéia de uma “menina prostituída” cujo corpo está fragilizado e estigmatizado pela injúria e ofensa de um “tempo” que é sempre precoce e precipitado. A identidade da “menina”, considerada nesse circuito de vulnerabilidade, é mobilizada de uma maneira que suprime dimensões de agência e diferenciações importantes entre “ser criança”, “ser adolescente” ou ainda a diversidade existente no interior de cada uma dessas duas categorias.

Corpos cuidados por especialistas

O corpo e a sexualidade das jovens na prostituição são vistos como necessitando de cuidados especialistas e que existem sob o signo do flagelo, da vulnerabilidade à Aids e outras às doenças sexualmente transmissíveis, às experiências promíscuas, ao abuso sexual, abandono, insultos, gravidez precoce, entre outras fragilidades e

²³ Aqui se chama atenção para a diversidade inscrita no interior de uma categoria homogeneamente definida como “adolescente.” Com um outro sentido, frisando as diferenças *entre* juventudes, BOURDIEU (1983, p.112) também refutou essa homogeneização da experiência social através do dado biológico: “(...) o fato de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já consituti uma manipulação evidente”.

violências. As práticas discursivas das organizações sugerem uma aproximação (prática e teórica) entre o cuidado médico e um horizonte moral de proteção que consagra aquilo que foi apontado por Michel Foucault como um convite para que as pessoas se reconheçam “como doentes ou ameaçadas pela doença” (Foucault, Op. Cit. p. 62-63). Tais conteúdos congregam significados que associam o corpo contaminado ou marcado pelo perigo da impureza e riscos do contágio à exortação de mecanismos de controle e assepsia de um *corpo* que precisa ser cuidado ou curado. O ideal do *cuidado de si* não pode ser, nesse caso, agenciado pelas jovens.

Segundo descrições encontradas nos materiais da ECPAT, não é raro que crianças e jovens em situação de exploração sexual comercial contraiam doenças sexualmente transmissíveis, incluindo AIDS. Além disso, o risco da gravidez, o sofrimento emocional e mental, a humilhação, a vergonha, a falta de comida, o espancamento e a possibilidade de consumo de drogas e álcool como fuga, são conteúdos presentes nas definições dessa juventude.²⁴ As práticas discursivas no Brasil seguem caminhos semelhantes. Chama atenção a entrada de instituições representativas da área médica, especialmente da pediatria, em campanhas e na produção de um discurso específico de *cuidados*.²⁵

²⁴ Cf., Questions & answers about the commercial sexual exploitation of children. In: *ECPAT International*. Bangkok:ECPAT,2008, p. 23-24. http://www.ecpat.net/EI/Publications/About_CSEC/FAQ_ENG_2008.pdf, consultado em 20 de maio de 2010.

²⁵ A “Campanha Nacional contra o Turismo Sexual”, por exemplo, foi coordenada por um médico, presidente da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência). A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) lança, em 1998, a campanha “Prevenção de Acidentes e Violência na Infância e Adolescência”, com o objetivo “de sensibilizar e treinar profissionais da área de saúde para reconhecer, notificar e tratar os casos de maus tratos e abusos.” Um ex-presidente da *Sociedade Brasileira de Pediatria* (SBP), registra em um artigo “(...) Não cabe falar em prostituição infantil. O conceito é tendencioso, inculpa quem ainda não tem maturidade, nem terá, para o processo decisório que a transação do corpo feminino requer, no livre mercado do sexo. A criança não decide prostituir-se. A prostituição infantil é problema que expõe a ambigüidade dos porta-vozes das elites. (...) São crianças pobres, carentes, desprotegidas, relegadas à própria sorte na ebulição desumana das cidades modernas. Vítimas de um modelo social que lhes rouba direitos fundamentais, estão condenadas não à morte, mas à vida. São atemporais, não vislumbram a perspectiva do amanhã. (...) Falta-lhes o viço imanente à infância. Não chegam a ser adolescentes porque a vida não lhes permite ser crianças. Tampouco são criaturas a desabrochar na floração da ingenuidade original. Não brincaram, não fizeram-de-conta, não sonharam. Crescem ao acaso, reféns do azar. Não passam de objetos, jamais sujeitos. São usadas e abusadas, como mercadorias, por monstros covardes que só conseguem ejacular a bestialidade de mente grotesca. A economia das regiões turísticas do país passou a depender do trabalho de meninas nascidas para a infelicidade. Crianças miseráveis que produzem riqueza para outros, oferecendo os corpinhos violados à selvageria dos consumidores do turismo sexual. (...)”. Trechos extraídos de: CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Artigo publicado em 11/06/2007 http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=6, consultado em 31 de julho de 2010. Publicado também no jornal Correio Braziliense

De alguma maneira, as práticas discursivas de proteção dos “corpos violados” das “meninas” fabricam uma idéia de doença e anormalidade nas trajetórias de vida dessas jovens. A sexualidade e os corpos representados como violentados e constrangidos, inscrevem as “meninas prostituídas” em um universo muito diferente de outras *juventudes*. É desafiador pensar sobre isso via comparações, por exemplo, com aquelas adolescentes que são definidas por idéias de liberdade, prazer, ação, criatividade, decisão e por experiências romantizadas. Relacionado às idéias de deterioração e flagelo, os corpos dessas jovens vão sendo construídos em oposição às representações que associam essa fase da vida ao desabrochar, à saúde e a uma “energia corpórea” (MARGULIS & URRESTI, 1996).

Todas essas questões analíticas não implicam em negar ou desconhecer as concretas condições de constrangimento, exploração e violência, sob as quais podem estar vivendo muitas jovens que se encontram na prostituição. Mas trata-se aqui de considerar como essas classificações simbólicas estão definindo um lugar social para elas e que, pensando com Mary Douglas (1998), o problema é que toda forma de representação também produz rótulos que às vezes “pegam”, reproduzindo tipos diferentes de indivíduos.

Considerações finais

Observamos dois registros que criam categorias muito distintas em relação às pessoas envolvidas com a prostituição. De um lado, a categoria de prostitutas adultas que auto-expressam um reconhecimento e escolhem a adoção de uma identidade política. Essa trajetória é marcada por discursos e ações que estão normalizando, na perspectiva dos direitos humanos, os corpos dessas mulheres, o que não significa descartar planos de tensão. De outro modo, organizações que atuam na defesa das crianças e adolescentes, e que tratam essa como uma questão de direitos humanos, vão considerar qualquer modalidade de prostituição sempre como uma forma de destruição e de ameaça à integridade dos corpos de sujeitos que não podem “falar por si mesmos”. As organizações irão se referir sempre a alguém (tenha dez ou dezessete anos) que deve ser protegido, pois são “meninas prostituídas”, “sexualmente exploradas”, “abusadas” etc.

A idéia de uma cronologização extremamente marcada dos ciclos da vida na sociedade contemporânea vem sendo discutida por autores que consideram que esta

estaria perdendo o sentido na medida em que os percursos geracionais se transformaram em espaços com experiências abertas e pouco ritualizadas de uma etapa para outra, em razão das profundas mudanças ocorridas no âmbito da produção, do domínio da família e unidades domésticas.²⁶ O confronto desses dois campos de produção de práticas discursivas mostra, no entanto, como a construção social em torno da mulher “adulta” ou “jovem” na prostituição vem organizando muito diferentemente as identidades e imagens dos corpos desses dois grupos. São formas de classificação social que desenham linhas simbólicas que, de alguma maneira, repercutem nas relações e interações cotidianas dessas pessoas.

Nessa construção cultural também há uma inversão de sinais geracionais nas imagens da sexualidade e “corpos prostituídos”. O corpo da jovem ou “menina prostituída” é marcado pela deterioração e necessidade de cuidado. Em outra direção, o “corpo da prostituta adulta” que se encontra fora de situações limite de exploração sexual comercial (como o tráfico sexual), passa por um processo de *normalização* que renova e positiva a sua imagem. Idéias como liberdade, ganhos com o amadurecimento, cuidado de si, desejo, gozo, as projetam como agentes dotados de uma *energia corpórea* que, nas jovens, estaria suprimida.

Bibliografia

BERNSTEIN, Elizabeth. O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 31, jul./dez. 2008

_____. What’s wrong with prostitution? What’s right with sex-work? Comparing Markets in Female Sexual Labor. *Hastings Women’s Law Journal*. 10(1), 1999, pp.91-119. Copyright (c), disponível em <https://litigationessentials.lexisnexis.com/> (acessado em 22 de maio de 2010)

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra e algumas propriedades dos campos. In *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983

DEBERT, Guita G. A cultura adulta e a juventude como um valor. [ANPOCS 29º Encontro Anual/ST 13: Imagens da modernidade: mídia, consumo e relações de poder, 2004]. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/pagu/sites/www.ifch.unicamp.br.pagu/files/CulturaAdulta.pdf>. (acessado em 29 de maio de 2010)

_____. O velho na propaganda. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 21, n. 1, 2003

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo, EDUSP, 1998

²⁶ Ver as análises de DEBERT (2004 e 2003).

- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995
- FINNEMORE, Martha & SIKKING, Kathryn. International norm dynamics and political change. *International Organization*. 52 (4): 887-917, 1988
- FINNEMORE, Martha. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. *International Organization* 50:325-47, 1996
- FOUCAULT, Michel. O cuidado de si: *História da sexualidade III*. Rio de Janeiro: Graal, 1985b
- _____. O uso dos prazeres: *História da sexualidade II*. Rio de Janeiro: Graal, 1985a
- GOLDSTEIN, J. & KEOHANE, R. (eds.) *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change*. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1993
- GUILHOT, Nicolas. *The democracy makers: human rights and international order*. New York: Columbia University Press, 2005
- HAFNER-BURTON, Emilie M. & TSUTSUI, Kiyoteru. *Human rights in a globalizing world: the paradox of empty promises*. Vol. 110, number 5, march: (p. 1379-1383), 2005
- LEVY, Daniel e SZNAIDER Natan. Sovereignty transformed: a sociology of human rights. *The British Journal of Sociology*, Vol. 57 Issue 4, 2006
- MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In Laura Ariovich et alii /
- MARGULIS, Mario (editor). *La juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996
- MORAES, Aparecida F. A sexualidade de jovens em contextos de institucionalização: razões, emoções e políticas In: BARBOSA, R.; AQUINO, E.; HEILBORN, M.L.; BERQUÓ, E. *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas/ São Paulo: Editora UNICAMP, 2002
- _____. Prostituição, trocas e convites sexuais na adolescência feminina pobre In: BRUSCHINI, C. & BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1998
- _____. *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1995
- OSBORNE, Raquel. *Las mujeres en la encrucijada de la sexualidad*. Barcelona: Les Dones, 1989
- PHETERSON, Gail. *The whore stigma: female dishonor and male unworthiness*. *Social Text* 37, (p.39-65), 1993
- _____. *A vindication of the rights of whores: the international movement for prostitutes rights*. Washington: Seal Press, 1989
- PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. *Cadernos Pagú*. Campinas, n. 31, dez. 2008

PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: brasileiras no mercado transnacional do sexo*. [Prova apresentada no concurso de progressão para pesquisador A UNICAMP por Adriana Piscitelli (170p.)] julho de 2010

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991

REIS, Elisa. Reflexões leigas para formulação de uma agenda pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, no.65. São Paulo, fev. 2003

ROSEMBERG F. O discurso sobre crianças de rua na década de 80. *Caderno de Pesquisa* 1993; 87:71-81.

ROSSIAUD, Jacques. *La prostitución en el medievo*. Barcelona : Ariel, 1986

YACCOUB, Hilaine. *DASPU: modos de usar, moda para mudar*. [ANPOCS 33º Encontro Anual/GT 36: Sexualidade, Corpo e Gênero, 2009]. Disponível em <http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0218-1.pdf> (acessado em 26 de maio de 2010)

Fontes primárias

Livros, artigos e documentos impressos

Action against the commercial sexual exploitation of children. Government of the United Kingdom, 1996

BRASIL, J. C. M. Regulamentação sanitária e da sífilis no Rio de Janeiro. *Anais da academia de medicina do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Lamert, 1890

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

DECAUTE, E. *La lutte contre la prostitution*. Paris, 1909

Explotación sexual comercial de los niños: aspectos de la salud y psicosociales. CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL. Informe del Organización Mundial de la Salud, 1996

LOMBROSO, Cesare. *La donna delinquente, la prostituta et la donna normale*. Turim: Fratelli Boca, 1927

_____. *La femme criminelle e la prostituée*. Paris, 1896

MACEDO, F. Ferraz de. *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873

Retrato vergonhoso da exploração sexual de menores no Brasil. *Problemas brasileiros/SESC e SENAC*. São Paulo, n. 306, 1994

Social values and the commercial sexual exploitation of children. CONGRESSO MUNDIAL CONTRA EXPLORAÇÃO SEXUAL. Submitted by the World conference on religion and peace, 1996

Stop the commercial sexual exploitation of children. Sweden, Barnen/Save the Children, 1996

STROUT, Flora. *Prostituição comercializada*. Rio de Janeiro: União pró-temperança, 1936

Tourism and children in prostitution. CONGRESSO MUNDIAL CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL. Estocolmo, Submitted by ECPAT, 1996

VAZ, Marlene. *Meninas de Salvador: pesquisa sobre a população infanto-juvenil prostituída*. Bahia: CEDECA/UNICEF, 1994

Sites e publicações divulgadas na internet

CAMPOS JÚNIOR, Dioclécio. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Artigo publicado em 11/06/2007

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=6

CEDECA – BA (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan)

<http://www.cedeca.org.br/>

Classificação Brasileira de Ocupações (2002). Ministério do Trabalho e Emprego - CBO

<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

<http://www.comitenacional.org.br/>

CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente)

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda/

COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics) <http://www.walnet.org/csis/groups/coyote.html>

CSIS (Commercial Sex Information Service) <http://www.walnet.org/csis/groups/index.html>

DAVIDA – Prostituição, Direitos Civis, Saúde www.davida.org.br

DELANEY, Stephanie. *Guide to visiting children's care projects & schemes: making sense of what you see and hear*. In: ECPAT International/Ed. Thomas Shafer: Bangkok, 2008

http://www.ecpat.net/ei/Publications/Care_Protection/Guide_visiting_Schemes.pdf

Departamento de DST, AIDS e hepatites virais do Ministério da Saúde

<http://www.aids.gov.br/pagina/previna-se-0>

DITMORE, Melissa. Research for sex work. Sex workers 'right! 10 (Editorial), July,

2008 <http://iac.nswp.org/research-for-sex-work/editions/research-for-sex-work-10-sex-workers-rights/>

ECPAT (End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes) <http://www.ecpat.net/EI/index.asp>

Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI 8060 de 1990

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Five teenagers contract HIV/AIDS every minute around the world (ECPAT)

http://www.ecpat.net/EI/Publications/About_CSEC/HIV_CSEC_Children_ENG.pdf

Guide to combating child-sex tourism. In: *ECPAT International*. Bangkok: ECPAT, 2008
http://www.ecpat.net/EI/publications/CYP/YP_Guide_to_CST_ENG.pdf

ICPR (International Committee for Prostitutes' Rights)
<http://www.walnet.org/csis/groups/icpr/charter.html>

Ministério da Saúde (Brasil) <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/default.cfm>

NGO Group for the Convention on the Rights of the Child <http://www.childrightsnet.org/>

NSPW (The Global Network of Sex Work) <http://iac.nswp.org/>

NTFP (North American Task Force on Prostitution)
<http://www.walnet.org/csis/groups/ntfp.html>

ONU (Organização das Nações Unidas) <http://www.onu-brasil.org.br/>

ONU Convenção sobre os direitos da criança http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php

Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. 3ª Ed. Brasília.
SEDH/DCA, 2002 59p. (Série Subsídios)
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/conanda/plano_nacional.pdf

Prostitutes Education Network <http://www.bayswan.org/penet.html>

Questions & answers about the commercial sexual exploitation of children. In: *ECPAT International*. Bangkok: ECPAT, 2008, p. 23-24
http://www.ecpat.net/EI/Publications/About_CSEC/FAQ_ENG_2008.pdf

Rede Brasileira de Prostitutas www.redeprostitutas.org.br

The psychosocial rehabilitation of children who have been commercially sexually exploited: a training guide. In: *ECPAT International*. Bangkok: ECPAT, s/d
http://www.childtrafficking.com/Docs/ecpat_psychosocial_support_for_csec_1.pdf

UNAIDS Advisory Group <http://iac.nswp.org/unaid-advisory-group/>

UNICEF – Brasil (Fundo das Nações Unidas para a Infância) <http://www.unicef.org/brazil/pt/>

UNICEF (United Nations Children's Fund) <http://www.unicef.org/>